

A privatização da RTP como narrativa simbólica do poder político

Nuno Conde
Universidade Católica Portuguesa
CECC (Centro de Estudos de Comunicação e Cultura)
nuno.miguel.conde@gmail.com

Resumo

A comunicação tem por objeto a análise do tema da privatização da RTP como estratégia de Comunicação Política, no período compreendido entre finais de 1997, altura em que Marcelo Rebelo de Sousa, então líder do PSD, sugeriu propor a privatização da RTP, e o primeiro semestre de 2013, momento em que o XIX Governo Constitucional decidiu suspender o então anunciado processo de privatização da RTP.

A partir de um conjunto de dados secundários, designadamente, a imprensa escrita, comunicados oficiais e o arquivo da Assembleia da República, procurou-se alcançar respostas para as seguintes interrogações: Em que contexto é que o tema da privatização da RTP (re) surge continuamente ao longo do tempo? Quais são os elementos centrais da narrativa política em prol, ou contra, a ideia de privatização da RTP? Existe, ou não, um antagonismo ideológico entre o pensamento político de esquerda e o de direita relativamente ao tema da privatização da RTP?

Como resultado da investigação concluímos que a comunicação política em torno da ideia da privatização da RTP é utilizada como estratégia simbólica de afirmação política. A discussão em torno da RTP assume uma natureza simbólica, mobilizadora de outros significados, designadamente, de opções ideológicas sobre o papel do Estado na sociedade e na economia.

Palavras Chave: *Comunicação Política; Opinião Pública; Poder; Regulação; RTP; Serviço Público.*

Introdução

A discussão sobre o modelo de serviço público de televisão e rádio tem sido recorrente na vida política portuguesa, com uma particular incidência no período subsequente à abertura da atividade televisiva aos operadores comerciais, em 1992. Recentemente, o tema da eventual privatização da RTP, previsto no Programa do XIX Governo Constitucional (junho de 2011), gerou uma forte controvérsia junto da opinião pública e do

sistema político.

Assim, afigura-se-nos pertinente investigar o tema da privatização da RTP como estratégia de Comunicação Política, no período compreendido entre finais de 1997, altura em que Marcelo Rebelo de Sousa, então líder do PSD, sugeriu propor a privatização da RTP, e o primeiro semestre de 2013, momento em que o Governo decidiu suspender o então anunciado processo de privatização da RTP.

Tendo presente as diversas correntes de pensamento sobre o conceito de serviço público de televisão e rádio, e a inter-relação existente entre a comunicação política e o processo constitutivo da opinião pública, pretende-se compreender porque é que a questão da privatização da RTP é utilizada como estratégia simbólica de afirmação política.

Capítulo 1. Objetivos e a abordagem metodológica

A presente investigação tem como objetivo identificar em que contexto da vida política portuguesa o tema da privatização da RTP (re) surge ao longo do tempo, no intervalo temporal compreendido entre Julho de 1997 e Junho de 2013, e compreender porque é que essa temática é utilizada como estratégia simbólica de afirmação política.

Na inventariação de atos de comunicação política focalizamos a nossa atenção nas declarações públicas das principais figuras dos partidos políticos com assento parlamentar, bem como nas propostas legislativas apresentadas na Assembleia da República. Para o efeito, socorremo-nos das notícias ou artigos de opinião publicados na imprensa escrita portuguesa, comunicados oficiais, e dos textos das iniciativas legislativas apresentadas pelos partidos no Parlamento.

Capítulo 2. Enquadramento teórico

Na presente investigação reconhecemos os *media* como um dos elementos centrais da sociedade contemporânea, cabendo ao «campos do Media a mediação simbólica das relações sociais» (Figueiras, 2005: 29,32), e na esteira de Hallin e Mancini (2010: 57), para quem o «Estado desempenha um papel significativo na modelação dos sistemas dos *media*», identificamos o serviço público de rádio e televisão como a intervenção pública mais expressiva no sistema de *media* português.

Constatamos que não existe uma teoria dominante sobre o conceito de serviço público, mas sim diversas correntes de pensamento que agrupamos de acordo com uma tipologia por nós desenvolvida, nos termos da qual

certos autores marcam presença em mais do que uma categoria, nos termos descritos na tabela seguinte.

Tabela 1. Correntes de pensamento sobre o serviço público

Tipologias	Autores	Conceitos chave	
<i>Reducionista</i>	Van Cullenburg e Slaa (1993)	Serviço público circunscrito à temática informativa. Sem entretenimento.	
<i>Desinstitucionalização</i>	Collins (2010)	Pluralidade de operadores de serviço público.	
	Torres (2011)	Serviço público de conteúdos.	
<i>Evolucionista</i>	Bardoel e D'Haenens (2008b), Carvalho (2009), Jakubowicz (2008, 2010), Nissen (2006)	Migração do conceito tradicional de serviço público de radiodifusão para o conceito tecnologicamente neutro de serviço público de <i>media</i> .	
<i>Inclusiva e Plural</i>	Blumler (1992, 1993), Born (2006)	Ética de abrangência e de inclusão. Serviço público enquanto elemento estruturante do ecossistema mediático.	
	Cádima (2010)	Consolidação do projeto europeu, fundado na coesão social e na diversidade cultural.	
	Iosifidis (2007)	Elemento central do sistema democrático.	
	Trappel (2010)	Melhor posicionado para satisfazer as necessidades da cidadania ativa.	
	Raboy (1995)	O novo espaço público de comunicação.	
<i>Cidadania</i>	Bardoel e D'Haenens (2008a), Bardoel e Lowe (2008), Cádima (2010, 2011), Fidalgo (2003), Iosifidis (2007), Lowe (2010), Nissen (2006), Pinto (2003), Raboy (1995), Torres (2011)	O cidadão/público como elemento(s) central(ais) da missão do serviço público.	
	<i>Participativa e experimentalista</i>	Enli (2008)	Participação da audiência.
		Jakubowicz (2008)	Programação participativa e participação do público nas decisões editoriais.
		Serrano (2010)	Modelos de colaboração alargada do serviço público com outros operadores e com o público.

Fonte: Autor

Identificamos uma corrente ‘reducionista’ (Cullenburg e Slaa: 1993) que defende a restrição da missão de ‘serviço público’ à temática da informação, em oposição a quem defende uma lógica expansionista e ‘evolucionista’ (Bardoel e D’Haenens, 2008b; Carvalho, 2009; Jakubowicz, 2008, 2010; Nissen, 2006) assente na passagem para o conceito tecnologicamente neutro de serviço público de *media*.

Constatamos a existência de um confronto entre quem defende a ‘desinstitucionalização’ do serviço público e o alargamento do universo de prestadores de conteúdos de serviço público (Collins, 2010; Torres, 2011), e a corrente ‘inclusiva e plural’ que atribui à instituição ‘serviço público’ um papel essencial na preservação do sistema democrático enquanto garante e promotor da diversidade cultural, do pluralismo político, da qualidade do discurso público e do desenvolvimento social (Blumler, 1992, 1993; Born, 2006; Cádima, 2010; Iosifidis, 2007, 2010; Raboy, 1995).

Verificamos ainda a existência de correntes de pensamento centradas no cidadão, que apelidamos da ‘cidadania’ (Bardoel e Lowe, 2008; Bardoel e D’Haenens, 2008a; Cádima, 2010, 2011; Fidalgo, 2003; Iosifidis, 2007; Lowe, 2010; Nissen, 2006; Pinto, 2003; Raboy, 1995; Torres, 2011), e de correntes ‘participativas e experimentalistas’ focadas na participação das audiências (Enli, 2008), no envolvimento do público na programação e no processo de decisão editorial (Jakubowicz, 2008),

bem como na adoção de modelos emergentes de colaboração alargada (Serrano, 2010).

Na nossa investigação, entendemos que a mensagem dos atores políticos em torno da ideia de privatização da RTP enquadra-se no que Mário Mesquita (2003: 92) designa como ‘representatividade alargada’ junto da opinião pública, e ‘representatividade restrita’ junto dos seus pares (políticos, sindicalistas, jornalistas e outros). A comunicação política sobre a eventual privatização do serviço público surge associada a um processo de convencimento alargado da sociedade, da opinião pública e dos outros atores políticos (Wolton, 2008: 35), em que o tema RTP assume uma natureza simbólica, mobilizadora de outros significados (Thompson, 1988: 371), designadamente, de opções ideológicas sobre o papel do Estado na sociedade e na economia.

Capítulo 3. A narrativa política sobre a ideia de privatização da RTP

No capítulo anterior, dedicado ao enquadramento teórico da nossa investigação, abordámos diversas correntes de pensamento sobre o conceito e âmbito do serviço público, e a interação entre as mensagens dos atores políticos e a formação da opinião pública. De seguida, identificamos o que consideramos serem os principais atos de comunicação política sobre a eventual privatização da RTP, no intervalo temporal compreendido entre Julho de 1997 e Junho de 2013.

3.1 Cronologia (1995-2013)

O primeiro momento em que o tema da privatização do Canal 1 da RTP surge no espaço público foi a 22 de julho de 1995, através de uma proposta da APET (Associação Portuguesa de Espectadores de Televisão), no sentido de se privatizar o Canal 1 e alargar o serviço público a todos os operadores interessados (Pinto, 2000: 150).

No campo político, temos que recuar a 25 de outubro de 1997, momento em que Marcelo Rebelo de Sousa, então líder do PSD (1996-1999), ameaça apresentar no Parlamento uma iniciativa legislativa no sentido da privatização da RTP «se se mantiver a alegada “manipulação, parcialidade, injustiça e ineficácia da televisão pública”» (Pinto, 2000: 196). Em novembro desse mesmo ano, na discussão do Orçamento do Estado para 1998, o PSD retoma a ideia da privatização da RTP e da RDP.

O PSD concretiza a sua intenção no primeiro semestre de 2008. A 29 de abril de 1998, o PSD apresenta no Parlamento o Projeto de Lei 519/VII de “privatização

da R.T.P.”, e a 4 de junho, o Projeto de Lei 536/VII de “privatização da RDP”. Ambas as iniciativas legislativas caducaram em 1999.

Em registo dissonante do que tinha sido até então o discurso dominante na ala socialista, Sousa Franco, então ministro das Finanças do Governo do PS, afirma que não tem qualquer lógica manter uma empresa pública como a RTP, com exceção dos casos da RTP1 e RTP África [Expresso, edição de 25 de setembro de 1999, p.1]. Posteriormente, em entrevista à revista FOCUS, publicada na edição de 25 de outubro de 1999, o então Primeiro-Ministro António Guterres considera que a eventual privatização da RTP «não é um tabu ideológico», mas que na «atual fase, essa privatização não é desejável» [FOCUS, edição de 25 de outubro de 1999, pp. 1 e 34].

No primeiro semestre de 2000, o PSD retoma a iniciativa política em torno do tema da privatização da RTP. A 12 de abril de 2000, dá entrada no Parlamento pela mão do PSD, presidido por Durão Barroso (1999-2004), o Projeto de Lei 178/VIII relativo à “privatização da RTP”. À semelhança do que constava no Projeto de Lei 519/VII, o PSD refere que o serviço público de televisão também pode e deve ser exercido por privados, mediante a observância de regras previamente definidas pelo Estado ou mediante formas de concessão a consagrar por lei. O Projeto de Lei é rejeitado na Reunião Plenária n.º 61 de 4 de maio de 2000, com os votos contra do PS, PCP, Os Verdes e BE, votos a favor do PSD e a abstenção do CDS-PP.

A discussão sobre o futuro da RTP continua a marcar presença no espaço público, e a causar algumas surpresas no campo político-doutrinário. Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros do XIV Governo Constitucional, do Partido Socialista, em entrevista à revista Visão, na edição de 29 de junho de 2000, afirma ser «inteiramente favorável à privatização da RTP1, ficando o Estado com a RTP2, (...) para uma finalidade puramente cultural e informativa de qualidade» [Visão, edição de 29 de Junho de 2000, pp. 1, 46].

Ao invés, e num registo mais cauteloso, Arons de Carvalho, na altura Secretário de Estado da Comunicação Social do governo socialista, em artigo de opinião publicado no jornal Público, reitera a opinião que «a privatização da RTP1 representaria um tremendo erro». Na sua perspetiva, «[u]m eventual quadro de concorrência aberta entre três canais comerciais (SIC, TVI e uma RTP1 privatizada), ou numa versão RTP2 com publicidade, entre quatro, seria uma pura irresponsabilidade, com consequências desastrosas para todas as empresas, quer do ponto de vista económico, quer quanto à qualidade da programação» [Público, edição de 24 de Julho de 2000, p. 11].

O PSD, no início de 2002, retoma a iniciativa

política em torno da ideia de privatização da RTP. No seu programa de Governo propõe «cindir em duas empresas a atual RTP», e alienar uma delas, mas não indicando qual. O PS, no seu programa eleitoral, e de forma totalmente inédita no seu historial alvitra a possibilidade de fechar a RTP e criar um novo operador de serviço público. O PCP, ao invés, defende a “manutenção de dois canais, abrangendo as regiões autónomas dos Açores e Madeira e dos serviços internacionais (incluindo programas dos canais privados)”, e sugere “uma profunda reestruturação da RTP que estabeleça um gestão profissional, rigorosa e independente” [Público, edição eletrónica de 21.02.2002, *Serviço Público. PSD alienava um canal da RTP, PCP mantinha como está*, http://www.publico.pt/Media/psd-alienava-um-canal-da-rtp-pcp-mantinha-como-esta_66898 acedido a 20 de Maio de 2011].

A 18 de dezembro de 2002, aquando da apresentação na Assembleia da República do novo modelo para os operadores de serviço público e das opções para o sector do audiovisual, Morais Sarmiento, ministro com a tutela da comunicação social, refere que a televisão pública manterá apenas um canal generalista de serviço público, sendo que o 2º canal será entregue à sociedade civil, numa ótica de parceria. Posteriormente, a 28 de dezembro de 2002, Morais Sarmiento afirma no Parlamento que a televisão pública e o serviço público de televisão são fatores indispensáveis à coesão nacional e à identidade cultural.

O tema da privatização regressa à arena política a 5 de Abril de 2007, através de Luís Campos Ferreira, deputado do PSD, referindo que o partido está a trabalhar «na proposta, que pode passar pela privatização do grupo, a privatização de um canal ou a entrega da gestão a privados» [Diário de Notícias, edição de 6 de Abril de 2007, p.57]. O deputado social-democrata Agostinho Branquinho revela que o PSD quer tornar a privatização do canal 1 da RTP uma “bandeira” do programa eleitoral [Diário Económico, 9 de Abril de 2007, p. 39].

Morais Sarmiento, em artigo de opinião publicado no Expresso, declara que «em Portugal, privatizar a RTP não é uma opção, é uma irresponsabilidade», e que «a entrega da RTP1 a um grupo estrangeiro ou nacional significaria a total desregulação da nossa televisão, nivelando por baixo a programação e traduzindo-se numa guerra implacável pelas audiências e receitas publicitárias» [Expresso, edição de 21 de Abril de 2007, p.7].

A discussão da eventual privatização da RTP regressa ao espaço público em janeiro de 2010: o Instituto Sá Carneiro (PSD) defende uma terapia de choque para a economia portuguesa que passa por privatizações significativas de serviços públicos, designadamente a RTP [Diário Económico, edição de 25 de Janeiro de 2010, p.

14]. Em contraponto, Paulo Rangel, candidato à liderança do PSD, numa entrevista concedida ao *Correio da Manhã*, refere que não defende a privatização do grupo RTP [*Correio da Manhã*, edição de 28 de Fevereiro de 2010, p.11]. Ainda no eixo político da direita, o secretário-geral do CDS-PP, João Almeida, afirma que a privatização da RTP «não é o modelo ideal» para resolver os problemas da RTP [*Diário do Minho*, edição de 18 de Abril de 2010, pp.1, 4]

Pedro Passos Coelho, num artigo de opinião publicado no jornal *i*, defende a necessidade de «empreender uma ambiciosa política de privatizações [...] começando nos sectores de maior prejuízo dos transportes urbanos e suburbanos, passando pelas *utilities* (com destaque para a AdP) e acabando na comunicação social (nomeadamente RTP)» [*Jornal i*, edição de 5 de Julho de 2010, pp. 1; 22-23]. Posteriormente, o PSD anuncia que irá apresentar no Parlamento uma proposta de revisão constitucional que permite a privatização de parte, ou totalidade do grupo RTP [*Correio da Manhã*, edição de 16 de Setembro de 2010, pp.1; 44], iniciativa que conta com a oposição do PS, CDS-PP e BE [*Diário Económico*, edição de 17 de Setembro de 2010, pp. 1; 18].

No final de Setembro de 2010, em resposta à proposta do PSD de revisão da Constituição, surge um “Manifesto” proveniente da aula socialista, incluindo nomes como Arons de Carvalho e o deputado Marcos Sá, em defesa da manutenção da RTP na órbita do Estado.

A proposta do PSD para que a privatização da RTP integrasse a nova Lei da Televisão é chumbada no Parlamento, no dia 2 de Fevereiro de 2011, com os votos contra do PS, PCP e BE.

Entretanto, o Primeiro-Ministro (PS) apresenta a sua demissão a 23 de Março de 2011, e as eleições legislativas são marcadas para o dia 5 de Junho de 2011. Uma vez mais, o tema da RTP provoca clivagens ideológicas, designadamente, entre o PS e o PSD, nos respetivos programas eleitorais.

O programa eleitoral do PS, apresentado no dia 27 de Abril de 2011, reitera a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão [PS, 2001: *Defender Portugal, Construir o Futuro, 2011-2015. Programa eleitoral do Partido Socialista*, Abril de 2011, p. 64], enquanto que o programa eleitoral do PSD, apresentado a 8 de Maio de 2011, refere que irá proceder, «em momento oportuno, à alienação ao sector privado de um dos canais públicos comerciais atuais» [PSD, 2011: *Recuperar a credibilidade e desenvolver Portugal. Programa eleitoral do partido social democrata. Eleições legislativas 2011*, pp.77-78].

A 28 de junho de 2011 é divulgado o Programa do XIX Governo Constitucional, reafirmando-se a necessidade do Estado repensar o seu posicionamento no

sector da Comunicação Social, enquanto operador, tanto ao nível do Grupo RTP como da Lusa. No Programa de Governo faz-se alusão à «privatização de um dos canais públicos, a ser concretizada oportunamente e em modelo a definir face às condições de mercado» [Programa do XIX Governo Constitucional, p. 94].

A 8 de julho de 2012, trinta personalidades lançam um manifesto contra a privatização de um canal da RTP. Entre os apoiantes estão António José Seguro, Carvalho da Silva, Narana Coissoró, Bagão Félix, António Costa, Arons de Carvalho e D. Januário Torgal Ferreira.

A 4 dezembro 2012, António Borges, na qualidade de consultor do XIX Governo Constitucional para as privatizações e renegociação das parcerias público-privadas, admite num programa da RTP Informação que está em estudo a alienação a privados de 49 por cento do operador público de rádio e televisão. Na sua opinião, a entrega da gestão da RTP a uma entidade privada, de forma relativamente duradoura, pode eliminar o que considera ser a “extraordinária tentação que tem o poder público de intervir na televisão”.

A 13 de dezembro de 2012, a Newshold, empresa acionista do semanário SOL, afirma em comunicado oficial que «tem disponibilidade e meios para, isoladamente ou em parceria, apresentar uma candidatura séria» à privatização da televisão pública. Em reação a tal comunicado o secretário-geral do PS, António José Seguro, reafirma a 15 de dezembro a oposição do PS a qualquer operação de privatização da RTP, e evoca a necessidade de se assegurar a transparência da propriedade dos meios de comunicação social.

O Governo, no Conselho de Ministros de 24 de janeiro de 2013, decide adiar a privatização da RTP, invocando para tal a crise económica, a queda do investimento publicitário em cerca de 46%, bem como a defesa do sector da comunicação social. No mesmo dia, Miguel Relvas, Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, anuncia que o Conselho de Administração da RTP irá gizar um processo de reestruturação da empresa.

Entretanto, Miguel Relvas sai do Governo e o novo ministro com a tutela da comunicação social, Miguel Poiães Maduro, na audição de 5 de junho perante a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação [Audição Parlamentar N° 65-CPECC-XII], refere a necessidade de um estudo aprofundado sobre a situação da RTP, apontando como uma das prioridades a revisão do contrato de concessão de serviço público. Poiães Maduro reafirma a intenção do Governo de manter a RTP na esfera do Estado.

3.2 *Timing* da narrativa política sobre a privatização da RTP

Da análise dos atos de comunicação política descritos na secção anterior, e que compreendem diversas tomadas de posição dos partidos políticos, ou declarações públicas de personalidades a eles associados, constata-se que o tema da privatização da RTP tipicamente ressurgiu em três momentos ou fases da vida política portuguesa (Tabela n.º2).

Tabela n.º 2: *Timing* da Comunicação Política sobre a privatização da RTP (1997-2013)

Data	Contexto	Comunicação
Outubro 1997	XIII Governo Constitucional (28.10.1995/ 25.10.1999) (PS)	Marcelo Rebelo de Sousa, presidente do PSD (1996-99), ameaça apresentar iniciativa legislativa para privatizar RTP.
Abril e Junho 1998	XIII Governo Constitucional (28.10.1995/ 25.10.1999) (PS)	PSD apresenta projetos de Lei para privatizar RTP e RDP.
Setembro 1999	XIII Governo Constitucional (28.10.1995/ 25.10.1999) (PS)	Sousa Franco, ministro das finanças, afirma que não tem lógica manter a RTP tal como existe.
Abril 2000	XIV Governo Constitucional (25.10.1999 / 6.4.2002) (PS)	PSD, presidido por Durão Barroso (1999-2004), apresenta Projeto de Lei para privatização da RTP.
Junho 2000	XIV Governo Constitucional (25.10.1999 / 6.4.2002) (PS)	Jaime Gama, ministro dos negócios estrangeiros, afirma ser favorável à privatização da RTP1, ficando o Estado com a RTP2.
Fevereiro 2002	XIV Governo Constitucional (25.10.1999 / 6.4.2002) (PS)	Programa de Governo do PSD refere que irá cindir em duas empresas a RTP, e alienar uma delas.
Dezembro 2002	XV Governo Constitucional (6.4.2002/17.7.2004) (PSD/PP)	Morais Sarmento, ministro da presidência, afirma no parlamento que a televisão pública e o serviço público de televisão são fatores indispensáveis à coesão nacional e identidade cultural.
Julho 2010	XVIII Governo Constitucional (26.10.2009 / 21.6.2011) (PS)	Pedro Passos de Coelho, presidente do PSD, defende a possibilidade de privatizações na comunicação social.
Fevereiro 2011	XVIII Governo Constitucional (26.10.2009 / 21.6.2011) (PS)	Proposta do PSD para que a privatização da RTP fosse integrada na Lei da Televisão foi chumbada no parlamento, com votos contra do PS, PCP e BE.
Junho 2011	XIX Governo Constitucional (21.6.2011/...) (PSD/CDS-PP)	Programa do XIX Governo Constitucional alude à «privatização de um dos canais públicos, a ser concretizada oportunamente e em modelo a definir face às condições de mercado».
Janeiro 2013	XIX Governo Constitucional (21.6.2011/...) (PSD/CDS-PP)	Conselho de Ministros de 24 de janeiro de 2013, decide adiar a privatização da RTP invocando a crise económica, a queda do investimento publicitário e a defesa do sector da comunicação social.

Fonte: Autor

Em momentos de renovação interna do PSD, associado a uma narrativa de afirmação política da nova liderança, e por oposição à ideologia dominante no PS de se manter o serviço público de televisão na órbita exclusiva do Estado. Foi o que sucedeu com Marcelo Rebelo de Sousa (no início do seu mandato como presidente do PSD ameaça apresentar uma iniciativa legislativa para privatizar a RTP), Durão Barroso (após ter assumido a presidência do partido, o PSD apresenta no Parlamento o Projecto de Lei 178/VIII relativo à privatização da RTP), e Pedro Passos Coelho (assume a presidência do partido a 26 de Março de 2010 e a 5 de Julho de 2010, num artigo de opinião, defende a necessidade de um ambicioso plano de privatizações, incluindo a RTP).

Nos períodos que antecedem as eleições legislativas, e em que existe a expectativa de regresso do PSD ao poder. Foram os casos, designadamente, da apresentação do Projecto de Lei 519/VII de privatização da RTP, de 29 de Abril de 1998, com as eleições legislativas

agendadas para 1999, e no passado recente, em Maio de 2011, com a apresentação do programa eleitoral do PSD para as eleições legislativas de 5 de Junho.

Em alturas de alguma instabilidade interna do PS, coincidindo com a possibilidade de se verificar o fim de um ciclo político de governação. Foi o que se verificou, designadamente, quando certas personalidades do PS manifestaram a sua concordância, ou não oposição à ideia de privatização da RTP (Sousa Franco em 1999, e Jaime Gama em 2000).

Conclusões

Nesta investigação procurámos identificar quem [ator(es) político(s)] diz o quê [argumentário político], e quando [momento particular da vida política portuguesa ou de um determinado partido político], relativamente ao tema da privatização da RTP.

Constatámos que a comunicação política em torno da ideia de privatização da RTP assume uma clara dimensão ideológica, reflexo do enquadramento doutrinário dos partidos políticos relativamente ao papel do Estado na economia e na sociedade, representando uma clivagem entre, por um lado, os partidos à esquerda do espectro político (PCP, BE e PS) contra a privatização do serviço público, e por outro, o PSD, que enquanto força política na oposição sempre advogou a privatização da RTP.

Apurámos que o tema da privatização da RTP tipicamente ressurgiu em três momentos ou fases da vida política portuguesa: em momentos de renovação interna do PSD, associado a uma narrativa de afirmação política de uma nova liderança; nos períodos que antecedem as eleições legislativas, e em que existe a expectativa de regresso do PSD ao poder; e em alturas de alguma instabilidade interna do PS, coincidindo com a possibilidade de se verificar o fim de um ciclo político de governação.

Concluimos que a comunicação política em torno da ideia da privatização da RTP é utilizada como estratégia simbólica de afirmação política. A comunicação política surge-nos assimilada a uma estratégia de representatividade dos agentes políticos, e de convencimento da opinião pública e dos demais atores políticos (Mesquita, 2003: 92; Wolton, 2008: 35), em que o tema RTP assume uma natureza simbólica, mobilizadora de outros significados (Thompson, 1988: 371), designadamente, de opções ideológicas sobre o papel do Estado na sociedade e na economia. À luz do conceito de opinião pública para Luhmann (2006: 87), constatamos que o sistema político, a propósito da comunicação política sobre o tema da privatização da

RTP, utiliza a opinião pública como instrumento para se observar e desenvolver estruturas de expectativas correspondentes.

Bibliografia

- Bardoel, J. and D'Haenens, L. (2008a). Public Service Broadcasting in Converging Media Modalities: Practices and Reflections from the Netherlands. *Convergence*, 14 (3), pp. 351-360.
- Bardoel, J. and D'Haenens, L. (2008b). Reinventing public services broadcasting in Europe: prospects, promises and problems. *Media Culture Society*, 30(3), pp. 337-355.
- Bardoel, J. and Lowe, G. (2008) "From Public Service Broadcasting to Public Service Media. The core challenge", in Lowe, G. and Bardoel, J. (ed.), *From Public Service Broadcasting to Public Service Media*. Gothenburg, Nordicom, pp. 9-24.
- Blumler, J. (1992) "Public Service Broadcasting before the Commercial Deluge", in Blumler, J. (ed.), *Television and the public interest. Vulnerable values in West European Broadcasting*. London, Sage Publication, pp. 7-21.
- Blumler, J. (1993). Meshing Money with Mission: Purity versus Pragmatism in Public Broadcasting. *European Journal of Communication*, 8, pp. 403-424.
- Born, G. (2006). Digitising Democracy. *The Political Quarterly*, 76 (1), pp. 102-123.
- Cádima, F. R. (2010). La legitimación de los medios públicos en la era digital. *TELOS - Cuadernos de Comunicación y Innovación*, 83, pp. 13-22.
- <http://sociedadinformacion.fundacion.telefonica.com/url-direct/pdf-generator?tipoContenido=articuloTelos&idContenido=2010051112120001&idioma=es> (acedido a 12 de Junho de 2012)
- Cádima, F. R. (2011) "Reflexão sobre a televisão pública europeia no contexto de transição para o digital", in Freire Filho, J. and Borges, G. (org.), *Estudos de Televisão. Diálogos Brasil-Portugal*. Porto Alegre, Editora Meridional, pp. 183-204.
- Carvalho, A. A. (2009). *A RTP e o Serviço Público de Televisão*. Coimbra, Edições Almedina.
- Collins, R. (2010) "From Public Service Broadcasting to Public Service Communication", in Lowe, G. F. (ed.), *The Public in Public Service Media*. Gothenburg, Nordicom, pp. 53-66.
- Cuilenburg, J. and Slaa, P. (1993). From Media Policy towards a national Communications Policy: Broadening the Scope. *European Journal of Communication*, 8, pp.149-176.
- Enli, G. S. (2008). Redefining Public Service Broadcasting: Multi-Platform Participation. *Convergence*, 14(1), pp. 105-120.
- Fidalgo, J. (2003) "De que é que se fala quando se fala em serviço público de televisão?", in Pinto, M. (coord.), *Televisão e cidadania. Contributos para o debate sobre o serviço público*. Braga: Núcleo de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 13-30.
- Figueiras, R. (2005). *Os Comentadores e os Media. Os autores das colunas de opinião*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Hallin, D. C. and Mancini, P. (2010). *Sistemas de Media: Estudo Comparativo. Três Modelos de Comunicação e Política*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Iosifidis, P. (2007). *Public Television in the Digital Era*. Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Iosifidis, P. (2010) "Pluralism and funding of Public Service Broadcasting across Europe", in Iosifidis, P. (ed.), *Reinventing public service communication. European broadcasters and beyond*. Hampshire, Palgrave, pp.23-34.
- Jakubowicz, K. (2008) "Public Service Broadcasting in the 21st. Century. What chance for a new beginning ?", in Lowe, G. F. and Bardoel, J. (ed.), *From Public Service Broadcasting to Public Service Media*. Gothenburg, Nordicom, pp. 29-49.
- Jakubowicz, K. (2010) "PSB 3.0: reinventing European PSB", in Iosifidis, P. (ed.), *Reinventing public service communication. European broadcasters and beyond*. Hampshire, Palgrave, pp. 9-18.
- Lowe, G. F. (2010) "Beyond Altruism. Why Public Participation in Public Service Media Matters", in Lowe, G. F. (ed.), *The Public in Public Service Media*. Gothenburg, Nordicom, pp. 9-35.
- Luhmann, N. (2006) "Complexidade societal e opinião pública", in Pissara Esteves, J. (org.), *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa, Veja, pp. 65-89.
- Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra, Edições MinervaCoimbra.
- Nissen, C. S. (2006). *Public service media in the information society*. Strasbourg, Council of Europe.

Pinto, M. (2003) “Pensar e projectar o serviço público com a participação do público”, in Pinto, M. (coord.), *Televisão e cidadania. Contributos para o debate sobre o serviço público*. Braga, Núcleo de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 33-53.

Raboy, M. (1995) “Introduction”, in Raboy, M. (ed.), *Public Broadcasting for the 21st. Century*. Luton, University of Luton Press.

Serrano, E. (2010). A especificidade do serviço público de televisão num contexto de fragmentação dos públicos e de multiplicação de plataformas. *Jornalismo & Jornalistas*, 43, pp. 5-17.

Thompson, J. B. (1988). Mass Communication and Modern Culture: Contribution to a Critical Theory of Ideology. *Sociology*, 22(3), pp. 359-383.

Torres, E. C. (2011). *A Televisão e o Serviço Público*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Wolton, D. (1989). La communication politique: construction d'un modèle. *Hermès*, 4, pp.27-42,

<http://hdl.handle.net/2042/15353> (acedido a 15 de julho de 2013)